

O Capital Social na Teoria das Redes Sociais

Social Capital in Social Media Theory

Joaquim Fialho

Professor no Instituto Superior de Gestão (Lisboa) e investigador no CLISSIS; doutor em Sociologia (Universidade Évora).

E-mail:

joaquim.fialho@gmail.com

Elaine Dias

Mestre em Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

E-mail:

elainedias@elainedias.com.br

Valéria Macedo

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e pelo Instituto Brasileiro em Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT).
E-mail:

valeria@macedo.com.br

Resumo

O conceito de capital social tem sido utilizado por influência da Sociologia norte-americana para sublinhar a importância das redes sociais informais na construção das relações sociais e de formas de sociabilidade, que têm por base interesses pessoais e coletivos. Este artigo apresenta uma construção do conceito de capital social a partir da perspectiva de autores como Bourdieu, Portes, Coleman, Putnam e Granovetter. No decurso do artigo podem ser lidos os contributos dos autores para a construção do conceito de capital social e a forma como ele pode ser aplicado na teoria das redes sociais.

Palavras-chaves: Redes sociais. Capital social. Relações sociais.

Abstract

The concept of social capital has been used by North American Sociology to underline the importance of informal social networks in the construction of social relationships and forms of sociability that are based on personal and collective interests. This article presents a construction of the concept of social capital from the perspective of authors such as Bourdieu, Portes, Coleman, Putnam and Granovetter. In the article, the authors contributions to the construction of the concept of social capital and the way in which it can be applied in the theory of social networks can be read.

Keywords: Social media. Social capital. Social relations.

O propósito do conceito de capital social

O capital social surge comumente associado a uma panóplia de recursos a que um ator acede através das suas relações sociais (BOURDIEU, 1980; COLEMAN, 1988; PUTNAM, 1993). A mobilização do capital social funciona como um catalisador de obtenção de fins individuais e/ou coletivos. Todavia, apesar do uso do conceito de capital social estar amplamente difundido nos discursos dos cientistas sociais, ainda encontramos algumas ambiguidades na sua utilização. Trata-se, em nosso entender, de uma disparidade de utilização do conceito. Contudo, tendo em consideração que os utilizadores do conceito têm origem nas várias disciplinas, fica, de certa forma, justificada esta ambiguidade da utilização do conceito.

Face a esta ambiguidade de usos do conceito, este artigo pretende fazer uma arrumação conceitual sobre a complexidade do conceito e a sua dispersão pelos vários autores. Comumente, encontramos duas grandes correntes teóricas. Uma corrente em que o “*ator deve possuir um grande número de laços fortes para que o capital social seja realmente considerado como um recurso vantajoso (...) [e em que] são os laços fortes e não os fracos que constituem o capital social*” (LEMIEUX & OUIMET; 2008, p. 81). A outra corrente sustenta que as relações de baixa intensidade (GRANOVETTER, 1973) e os buracos estruturais (BURT, 1992) que um ator possui formam o capital social. Isso quer dizer que:

a informação original que circula através dos laços de fraca intensidade, assim como a posição do intermediário que o ator ocupa quando este conhece indivíduos que não se conhecem, constituem recursos vantajosos a que os defensores da segunda corrente chamam de capital social (LEMIEUX & OUIMET; 2008, p. 81).

Este artigo proporciona uma abordagem elementar sobre o conceito de capital, evoluindo para a discussão do conceito de capital social a partir dos contributos de Bourdieu, Portes, Putnam e Coleman.

O conceito de capital social

Falar em capital, por si só, coloca-nos perante uma encruzilhada de sentidos e contra sentidos, em que a acuidade e a complexidade do caminho poderá nos colocar perante as lógicas da teoria econômica clássica dos fatores de produção, assente na trilogia capital, terra e trabalho ou, até mesmo, na lógicas de David Ricardo sobre o capital fixo e o capital circulante para as matérias-primas e bens intermediários. O caminho deste artigo não vai, naturalmente, para as lógicas economicistas em que a relativa estabilidade do conceito de capital coloca à Sociologia e aos sociólogos do capital social um complexo desafio de conceitualização.

Compreender o conceito de capital social pressupõe, em uma primeira instância, delimitar o conceito de capital e os tipos de capital que encontramos, com alguma turbulência analítica, no contexto das Ciências Sociais e Humanas em geral, e da Sociologia em particular. O capital pode ser físico, humano ou social. Todavia, o “capital” por si só remete-nos para uma panóplia de recursos que concedem um conjunto de benefícios. Por exemplo, a perspectiva clássica de Marx sustentava o capital como o conjunto de relações sociais de exploração entre capitalistas e trabalhadores. Na lógica marxista, os detentores dos meios de produção formavam uma elite capitalista. O capital posicionava-se entre os meios de produção. Os que não têm os meios de produção, como o capital, têm que trabalhar para aqueles que detêm os meios de produção. O trabalho é importante para a produção de produtos e serviços que constituem a cultura. Assim, os trabalhadores, ao criarem as soluções para muitos problemas no trabalho, contribuem para o desenvolvimento da Sociedade em que se enquadram. Ainda na linha dos conceitos de capital, e no quadro da economia, podemos encontrar as teses de Adam Smith (1937). O que separa as lógicas entre os autores é a perspectiva. Em Marx, a tônica é macro, enquanto o micro prevalece em Smith.

Marx concebe o capital como parte do processo de exploração na sociedade e Smith foca-se sobre o capital adquirido por pessoas para obter benefícios. Em comum na perspectiva está a ação dos indivíduos influenciada pela “mão invisível” em Smith, e pela mudança social e interação entre estruturas com possibilidade de influência nas ações dos indivíduos (Marx). Contudo, a complexidade da análise dos conceitos nos colocaria perante um foco de análise sem fim à vista. Porém, os conceitos de “ação” e “interação” discutidos nas perspectivas anteriores, assume muitas particularidades

que podem se reportar para os conceitos de capital social no quadro da teoria sociológica, como discutiremos mais adiante neste artigo, a propósito das relações duradouras entre indivíduos/grupos.

Nos discursos do capital, o capital humano, hoje amplamente amplificado no contexto da gestão de recursos humanos, é entendido como o conjunto de recursos diversos a investir em atores individuais, com o desejo de obter um determinado lucro. Por outro lado, e centrando o foco para os propósitos deste artigo, o capital social pode ser entendido como um conjunto de recursos para investir nas relações sociais. O capital social, foco da teoria sociológica contemporânea, ocupa uma enorme centralidade na Sociologia dos nossos dias, fundamentalmente, através das influências trazidas por Bourdieu, Portes, Putnam e Coleman.

Na Sociologia, o capital social é “algo” que consubstancia a cooperação entre as partes. Esta noção não implica necessariamente uma dimensão positiva, aliás, as interações entre as pessoas podem ter uma lógica negativista, como redes de tráfico de pessoas. O capital social, para os sociólogos, pressupõe, portanto, a dinâmica das relações de sociabilidade de um conjunto de pessoas ou grupos e os aspectos que fundamentam a colaboração entre os atores envolvidos e as oportunidades que emergem dessas relações sociais. Por esta lógica, a sociabilidade pode entender-se como a capacidade gerada para a realização de um trabalho em conjunto, uma colaboração e a prossecução de uma ação coletiva. Deste modo e, no quadro da análise sociológica, têm sido identificadas três fontes de capital: a confiança mútua, as normas e as redes sociais. Independentemente das formas de conceitualizar e medir os atributos das fontes aqui referidas, o capital social traduz-se em um conjunto de oportunidades para a ação coletiva e para o bem-estar do grupo.

Há que enfatizar que o capital social é mediado pela cultura e que esta determina os princípios de reciprocidade, confiança, solidariedade e cooperação. O capital é o resultado de estratégias de interação, intencionais ou não, orientadas para a construção e a reprodução de relações sociais duradouras, potencialmente geradoras de recursos simbólicos e materiais. Igualmente, o capital social engloba um conjunto de relações sociais, as quais ocorrem, em um determinado momento ou contexto, envolvendo um sujeito individual ou um coletivo de sujeitos. O capital social gera-se, acumula-se, mantém-se e destrói-se. Trata-se de um processo social em constante

metamorfose, que constitui um enorme desafio para as análises sociológicas contemporâneas.

O capital social na teoria das redes

O capital social tem por base várias tradições da Sociologia, designadamente ao nível do pensamento de Durkheim, por influência do estudo da interiorização de normas sociais e da sua funcionalidade; por Tonnies através da análise do papel integrativo da comunidade; por Marx, ao nível da compreensão da construção da solidariedade de classe; através de Weber pela explicação do sentido da ação, e também por Simmel ao nível do processo de caracterização da sociabilidade na metrópole.

O capital social ao nível da análise dos fenômenos de natureza macrossocial associa o funcionamento das instituições econômicas e políticas a questões de caráter cultural, fundadas a partir da interação social dos indivíduos. Por outro lado, foca ainda na importância da edificação de uma sinergia Estado-Sociedade para o bom funcionamento das instituições democráticas, assumindo-se como uma perspectiva alternativa às análises que destacam a atuação do Estado ou a atuação dos mercados no desenvolvimento socioeconômico.

Putnam (1996) apresenta-nos o conceito de capital social, como as “*características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas*” (PUTNAM, 1996, p. 177). Sublinha o autor que o capital social é uma herança histórica, ou seja, é produzida e ampliada conforme as experiências dos grupos. Trata-se de um capital que, quanto mais utilizado, mais a comunidade cívica o deterá, ou seja, quanto mais se usa o capital social, mais se adquire por aqueles que estão envolvidos na dinâmica do processo. Desta forma, a confiança é geradora de confiança, sendo base para a cooperação. Este capital social de Putnam (1996) possibilita a existência de laços comunitários fortes, capazes de garantir a ação coletiva, levando as pessoas a participarem ativamente do processo de construção da democracia por via de mecanismos não convencionais de envolvimento político. Quando adquirido o capital social, o indivíduo racional não deseja perder a confiança adquirida. A regra de reciprocidade está relacionada, segundo Putnam, com o que

dizia Cícero, no tempo de César: “*nenhum dever é mais importante do que retribuir um favor*”. Ou seja, a reciprocidade é um dos ingredientes da estruturação do capital social ou, seguindo a perspectiva de Putnam, poderemos afirmar que sem a reciprocidade nas interações, o capital social assume uma forma muito tênue.

Porém, as contribuições de Bourdieu (1980) e de Putnam (1993, 1996) em torno do conceito de capital social, são complementares e proporcionam uma visão ampla do conceito, fato que importa discutir neste artigo.

O conceito de capital social pode ser agrupado em duas grandes perspectivas, sendo a primeira a que apresenta um maior nível de afinidades com a Sociologia:

1. Apresenta um quadro em que as ações individuais podem ser fortalecidas por meio da participação deles em redes sociais e/ou de sociabilidade, em interações diretas e indiretas com os outros atores da rede, e a relacionam aos recursos e benefícios potenciais que um ator detém, por possuir ou participar de uma rede sólida e durável de relações pessoais (BOURDIEU, 1985; COLEMAN, 1988; PORTES, 1998);
2. Mais associada à Ciência Política, nesta perspectiva, o capital social é visto como uma parte significativa das relações e dos laços internos que caracterizam as bases da ação coletiva e garantem-lhe a coesão necessária para atingir os resultados esperados (PUTNAM, 1993).

Seguindo a linha da primeira perspectiva, podemos legitimar que as posições que os indivíduos ocupam nas redes se estruturam a partir dos recursos que lhes são disponibilizados por estas. A arquitetura das redes possibilita aos atores sociais a formação de um manancial de capital social, que influencia a formação de diversos recursos. Esta concepção é defendida pelo sociólogo Granovetter (1985) que sublinha a importância da estruturação das redes egocêntricas para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Deste modo, as redes sociais podem funcionar como mecanismos de estruturação da ação coletiva, beneficiando-se das ações individuais dos seus atores.

Disperso por inúmeras publicações, o conceito de capital social tem evoluído como uma “*panaceia para todas as enfermidades que afetam a sociedade*” (PORTES, 2000) nos Estados Unidos ou na Europa. Na mesma lógica de muitos outros conceitos da Sociologia, o conceito de capital social (sentido e valor heurístico) tem sido

fortemente colocado à prova pelas mais diferentes utilizações em um caminho cuja aplicação, na teoria social, aos mais diversos contextos, o tornarão um conceito, cujo significado específico se imbui em controvérsias conceituais.

Contudo, esta generalização não produz qualquer ideia inovadora para o campo da Sociologia:

que o envolvimento e a participação em grupos pode ter consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade é uma noção corrente, remontando a Durkheim e à sua insistência na vida em grupo enquanto antídoto para a anomia e a autodestruição; e à distinção efetuada por Marx entre uma ‘classe em si’ atomizada e uma ‘classe para si’ mobilizada e eficaz (...) [assim] o termo capital social limita-se a recuperar uma ideia presente desde os primórdios da disciplina: reconstituir o contexto intelectual do conceito até aos tempos clássicos equivaleria a fazer uma revisão das mais importantes fontes da Sociologia do século XIX (PORTES, 2000, p. 134).

As metamorfoses pelas quais têm passado as sociedades contemporâneas têm induzido a uma multiplicidade de impactos nas diversas esferas da vida social. Essas tendências regeneradoras assumem a forma de mecanismos que pressupõem a arquitetura de novos arranjos de sociabilidade, sobretudo ao nível dos vínculos sociais.

Neste quadro da descodificação dos vínculos sociais, a teoria das redes sociais tem procurado analisar estes processos de adaptação às metamorfoses da contemporaneidade. Estas redes sociais constituem-se como meios que ligam os indivíduos às instituições e/ou organizações, e que contribuem para a formação das suas identidades. Este conceito possibilita a compreensão dos processos sociais mais complexos, vivenciados a nível macrossociológico, partindo da sua relação com fenômenos situados no campo macro. Assim, segundo Wellman (1983), a análise das redes sociais parte de uma ideia simples, mas poderosa, assente em uma tarefa base da Sociologia: estudar a estrutura social.

Para Borgatti (2003), a perspectiva de redes não trata única e exclusivamente dos elementos do sistema, mas sim da forma como eles interagem:

- Estrutura: desempenho do grupo;
- Posição: oportunidades e limitações;
- Capital social: advoga que o capital social prevalece sobre o capital humano;
- Estuda as consequências da posição na estrutura da rede.

Este foco na estrutura social, por mais evidente que possa parecer, pressupõe uma explicação consistente. Assim, de acordo com Wellman (1983), a estrutura desconsidera a análise sobre a forma como as pessoas agem e enfatizam os condicionantes estruturais das suas ações. A forma mais direta de estudar a estrutura social é analisar os padrões de ligações entre os atores. A análise de redes sociais procura estruturar os mais profundos padrões de redes, no quadro dos sistemas sociais complexos.

Os investigadores procuram descrever estes padrões e usam estas descrições para tentar compreender como as estruturas de redes influenciam o comportamento social e geram mudanças. Estas suas descrições estão assentes no conceito de laços (*ties*), conectando *nós* (pontos de intersecção) de um sistema social: laços que ligam pessoas, grupos, organizações etc. A análise de redes sociais procura conhecer como as propriedades de natureza estrutural influenciam o comportamento para além das prescrições normativas, dos atributos pessoais e das relações de natureza regular. Os investigadores das redes focam a estrutura, procurando estudar como os padrões de laços estabelecidos em uma determinada rede social geram oportunidades e limitações, porque influenciam as pessoas e as relações de poder. A análise de redes sociais trata, portanto, dos sistemas sociais enquanto redes de relações de dependência provenientes de acessos diferenciados a recursos escassos (WELLMAN, 1983).

Esta questão do acesso a recursos está estritamente associada à análise de redes e, particularmente, ao seu desenho. Um número significativo de investigações provou os efeitos de diferentes padrões de redes no acesso a recursos (WELLMAN, 1988). Uma panóplia de recursos pode ser obtida diretamente do mercado, como: informações, apoio social e financeiro, entre outros que preenchem o nosso dia a dia. Contudo, a integração em uma rede desenvolve e disponibiliza aos atores outros tipos de recursos que, de forma isolada, dificilmente poderiam adquirir: redes de amizade e vizinhança, redes profissionais, organizacionais e outras tantas que não se enquadram na simples lógica de aquisição individual no mercado.

Capital social, estrutura e redes sociais

O conceito de capital social tem sido utilizado por influência da Sociologia norte-americana para sublinhar a importância das redes sociais informais na construção das relações sociais e de formas de sociabilidade que têm por base interesses pessoais e coletivos. Pode ser compreendido como o quadro de normas de reciprocidade, informação e confiança presente nas redes sociais informais, que se desenvolvem como fruto das interações dos atores da rede, gerando benefícios diretos e indiretos, que se revestem de enorme importância para a compreensão da ação social.

Nesta relação Sociedade-Estado, autores como Putnam (1993) e Evans (1996) reforçam a necessidade da existência de regras transparentes e sólidas como forma de se desenvolver um capital social acumulado à disposição da sociedade.

A existência de capital social em uma sociedade não é sinônimo da sua utilização e de consequente êxito nas políticas públicas. Estas mesmas políticas podem gerar resultados em uma determinada sociedade e, aplicadas a outras podem ser condição de fracasso, dependendo da forma como esse capital social é construído e movimentado. Deste modo, o capital social pode ser considerado um recurso potencial.

Enquadrado pelo caso italiano e partindo do estudo das diferenças políticas e econômicas de norte a sul, Putnam (1993) pretendeu demonstrar a relevância da participação cívica¹ ao nível das instituições democráticas e na criação de sinergias de Estado-Sociedade.

Outros autores têm estudado o capital social. Na Sociologia atual encontramos nomes como Pierre Bourdieu² (1996), Glenn Loury (1981)³, James Coleman (1998,

¹Entende-se a participação dos cidadãos nas múltiplas instâncias organizacionais da sociedade civil.

²A análise desenvolvida por Bourdieu é considerada como a de maior refinamento entre aquelas que introduziram o conceito na Sociologia contemporânea. O tratamento do conceito é de natureza instrumental e centra-se nos benefícios adquiridos pelos indivíduos, como resultado da sua participação em grupos e na construção deliberada de sociabilidades que pretendem criar o capital social. Também para Bourdieu o conceito é decomponível em dois elementos: a relação social que possibilita aos atores reclamar o acesso a recursos na posse dos elementos do grupo e, um segundo elemento; a quantidade e a qualidade desses recursos (Portes, 2000).

³Através da crítica às teorias neoclássicas de desigualdade racial de rendimento, e às suas implicações políticas, defendeu que as teorias econômicas ortodoxas se apresentavam excessivamente individualistas por se centrarem exclusivamente no capital humano individual e na concepção de um campo estruturado para a competição sustentada nessas competências. Advoga o autor que as

1990) e Robert Putnam (1992, 1993 e 1995). De um modo geral, para estes autores o capital social reside na panóplia de relações que se verificam na estrutura social e que facilitam as ações dos indivíduos que estão enquadrados nessa estrutura. Sublinhe-se que o conceito de capital social tem subjacente que o relacionamento entre pessoas favorece o acesso aos recursos disponíveis na sociedade.

O trabalho levado a cabo por Loury (1981) abriu portas para a sustentação de uma análise mais refinada do processo iniciado por Coleman designadamente, no que concerne ao papel do capital social na criação de capital humano. No estudo do conceito, Coleman recorre aos contributos de Loury, tal como aos do economista Ben-Porath (1967) e dos sociólogos Nan Lin (1982) e Mark Granovetter (1973 e 1985).

Coleman (1988 e 1990) concebeu o capital social partindo da sua função, designando-o como se tratando de uma variedade de entidades com dois elementos em comum: todas elas constituem em um certo aspecto estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos no interior da estrutura.

Assim como outras formas de capital, o capital social está inerente a tipologias de relações, neste caso relações sociais assentes em redes sociais informais entre indivíduos e por formas de sociabilidade representativas da vida nas mais diversas organizações. Por outro lado, e, apesar da crescente racionalização da vida moderna, as relações sociais continuam a ser decisivas na construção da sociabilidade, relações estas que podem ser utilizadas como forma positiva de programas sociais e, assim, assumirem a designação de capital disponível na sociedade.

As redes sociais implicam a observância de normas de reciprocidade e confiança entre os atores. A função destas normas traduz-se no valor para os atores na estrutura social como recursos que podem ser utilizados para o prosseguimento dos seus interesses. Por outro lado, a positividade implica que os atores participem em redes relativamente maiores ao invés de quem está fora dela, pois isso pode ser considerado um fator negativo desse capital.

proibições legais contra as preferências raciais dos empregadores e a aplicação de programas para a igualdade de oportunidades, não seriam suficientes para diminuir as desigualdades raciais. A transmissão de pais para filhos e as relações mais escassas dos jovens trabalhadores negros com o mercado de trabalho aliadas a sua falta de informação para as oportunidades seriam as razões para o fracasso (Portes, 2000).

De acordo com Portes (2000), a primeira análise sistêmica de capital social foi realizada por Bourdieu (1980) que definiu o conceito como o agregado do atual ou potencial recurso, ligado ao pertencimento de uma forte rede social de relações supostamente institucionalizadas e de reconhecimento mútuo. Neste contexto, o capital social pode ser desmultipliado em duas partes:

- O conjunto das próprias relações que possibilitam aos atores reivindicar recursos comuns aos participantes;
- A quantidade e a qualidade dos recursos.

No destaque para a interação entre as múltiplas formas de capital (social, econômico e cultural), o capital econômico seria o centro de todos os “capitais”. Por outro lado, se verificaria uma circularidade com epicentro no capital social, na qual os atores podem ter acesso direto a recursos econômicos, bem como aumentar o seu capital cultural. Contudo, o primeiro é o do capital econômico.

O conceito desenvolvido por Loury (1981) partiu de uma crítica às teorias das desigualdades raciais e às políticas que delas resultam nos Estados Unidos. Para Loury, as proibições legais contra a discriminação racial no emprego e a implementação de programas de oportunidades iguais não anulam as desigualdades. Em primeiro lugar, pelo ambiente (*environment*) no qual vive a população assente em círculos de pobreza com possibilidades de reprodução nos seus descendentes. Por outro lado, temos as reduzidas conexões dos jovens de raça negra com o mercado de trabalho e a consequente falta de oportunidades. Em síntese, o acesso diferenciado aos bens materiais e simbólicos resulta das parcias e limitadas redes sociais e, forçosamente, do reduzido capital social dessa parcela da população.

Coleman (1988 e 1990) desenvolve o capital social como uma teoria da escolha racional, rejeitando o individualismo externo que nela subjaz. A sua investigação decorreu com estudantes do ensino secundário de várias gerações, em Chicago, durante os anos 60, procurando identificar a influência dos estudantes de maior idade nos mais novos ao nível das questões da participação social, liderança e participação em associações recreativas. Para o autor registraram-se duas grandes correntes intelectuais ao nível da descrição e da explanação da ação social. Por um lado, uma que atendia ao ator socializado em que a ação era determinada pelas normas sociais

e restantes regras da comunidade em que se inseriram. A principal contribuição desta corrente residiu na habilidade de descrever a ação no seu contexto social e explicar a ação enquanto constrangida pelo contexto social em que se inseria. Uma outra, mais comum entre os economistas, focava o ator com objetivos independentes e inteiramente direcionados para interesses privados. A sua principal contribuição residia no fato da ação ser entendida como maximização utilitária, advogando a inclusão no desenvolvimento da teoria sociológica de componentes das duas correntes: a aceitação do princípio da ação racional ou ação prepositiva e a tentativa de apresentar como este princípio, em determinado contexto social, poderia contar não somente com a ação de indivíduos em contextos particulares, mas também no desenvolvimento da organização social. Para Coleman, o capital social é um recurso presente na ação, introduzindo a estrutura social no paradigma da ação racional.

Depois de Bourdieu, Loury e Coleman, tem sido desenvolvidas até os nossos dias outras análises sobre capital social. Baker (1992), considerou o capital social como “*um recurso que os atores fazem derivar de estruturas sociais específicas e usam depois para a realização dos seus interesses; recursos esses criados por alterações na relação entre atores*” (PORTES, 2000, p. 137).

Se o enfoque de Loury & Coleman se traduziu na necessidade de redes densas como circunstância para a gênese do capital social, o enfoque de Burt (1992) é no sentido contrário. Este autor introduziu a designação de “laços estruturais”, querendo significar que a ausência de laços facilita a mobilidade individual, na medida em que as redes densas se inclinam para transmitir informação redundante, sendo que os laços fracos podem se assumir como uma fonte geradora de conhecimentos e recursos.

Em suma, estas reflexões em torno do conceito de capital social remetem-nos para a capacidade de os atores poderem usufruir de benefícios pelo fato de estabelecerem laços/vínculos/interações de pertencimento com redes e outras estruturas sociais. Isso pode significar que o capital social abrange o conjunto de recursos que um determinado indivíduo pode retirar do resultado da sua participação/posição em uma rede de relações sociais estáveis.

A materialização do capital social nas redes sociais

Como se tem demonstrado, o capital social tem sido fruto de uma enorme discussão e reflexão por vários cientistas sociais, nas mais diversas áreas de investigação. Os já mencionados Bourdieu e Coleman, sociólogos da década de 80, centraram-se no capital social como elemento de estudo específico, procurando interpretar e compreender como os indivíduos enquadrados por uma rede de relações sociais podiam se beneficiar da sua posição ou despoletar externalidades positivas para os outros atores.

O capital social é constituído pelas normas e pelas redes que facilitam a confiança, a cooperação e a ação coletiva. Trata-se de um bem que estrutura as relações sociais (MERCKLÉ, 2004).

Hobbes referiu que “ter amigos é ter poder”. Nesta linha, e reportando ao espectro do capital social, será lícito dizer que as formas em que se materializam o capital social assentam nesta lógica do poder.

Bourdieu (1980, 1985 e 1986) identificou analiticamente três formas de capital na construção e na reprodução dos sistemas de diferenciação social:

- Capital econômico: constituído pelos rendimentos, a posse de meios de produção e de patrimônio material e financeiro;
- Capital cultural: caracterizado pelos recursos simbólicos, as tendências e as qualificações intelectuais;
- Capital social: o conjunto dos recursos atuais ou potenciais que se encontram associados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionais de intra e inter-conhecimento (Mercklé, 2004).

Por outro lado, também, o capital social tem se manifestado como extremamente útil em diversos campos de aplicação, permitindo um melhor entendimento da tipologia de relações entre os indivíduos ou organizações. Contudo, e tal como já foi referido, por vezes o conceito surge erradamente confundido com o de socialização, confiança mútua ou relações pessoais a longo prazo. O capital social é mais que isso!

Em rigor, o capital social envolve um vasto conjunto de laços fortes e fracos, sendo que os primeiros possibilitam o desenvolvimento de confiança mútua e os últimos permitem o recolhimento de informações e conhecimentos novos. É em torno deste jogo dos laços que se estruturam as funções básicas do capital social.

Na abundante bibliografia internacional sobre o tema podemos identificar três funções básicas para o capital social:

- Fonte de controle social;
- Fonte de apoio familiar;
- Fonte de benefícios através de redes extrafamiliares (PORTES, 2000).

Entre estas três funções básicas do capital social e não sendo esta investigação um tratado sobre capital social, o enfoque vai, sobretudo, para o capital social enquanto fonte de benefícios através de redes extrafamiliares. Este afunilamento deve-se, por um lado, à necessidade de compreender os benefícios provenientes da “participação” nas redes e, por outro lado, por se tratar daquele que recorrentemente tem sido utilizado em investigações similares.

Esta função está explicitada nos trabalhos de Anheier et al., citado por Portes, ao nível das técnicas de *blockmodelling* para cartografar os laços sociais entre artistas e intelectuais de Colônia (Alemanha). Os frutos deste estudo referiram que redes muito fortes entre membros do núcleo de elite intelectual da cidade restringiam o acesso a elementos que se dedicam a outras atividades, como o comércio e as atividades periféricas. Na ótica metodológica, este estudo é uma das utilizações mais aprimoradas das concepções de Bourdieu à Sociologia da cultura (PORTES, 2000).

Por conseguinte, é no campo da estratificação social que esta forma de capital social tem sido mais utilizada, sobretudo ao nível da explicação do acesso ao emprego, à mobilidade através de oportunidades profissionais de ascensão social e do sucesso empresarial. Foi neste quadro que Granovetter (1974) desenvolveu a terminologia e posterior teoria da “força dos laços fracos”, reportando-se ao poder praticado pelas influências indiretas, externas ao círculo imediato da família e dos amigos que se encontram mais próximos, em uma ótica de sistema informal de referências para a obtenção de emprego. Este pensamento foi inovador, na medida em que fazia oposição à noção do senso comum de que as redes densas, como as que estão subjacentes nos

círculos familiares, eram mais eficientes ao nível da procura de emprego. Cerca de vinte anos depois, Burt (1992), recorrendo à abordagem de Granovetter, fomentou o conceito de “buracos estruturais”. Assim como Bourdieu, Burt utilizou o conceito de capital social definindo-o de forma instrumental. Contudo, Burt assenta o seu capital social na escassez relativa de laços entrelacados em redes, ao invés da intensidade (PORTES, 2000).

Sendo o capital social um conceito assente na análise de redes de relações sociais, será pertinente estabelecer aqui alguns paralelismos entre capital social e redes sociais. Foi Granovetter que desenvolveu o conceito de *embeddedness*⁴ cujo sentido se reporta ao “encaixar” de indivíduos em uma rede extensa de relacionamentos interpessoais. Deste modo, a análise de transações econômicas entre indivíduos não pode ser desligada do contexto social em que elas se inserem, sendo que a confiança é uma fonte de capital social.

Alguns estudos no âmbito do capital social enfatizam a estrutura formal de laços ou de relações que constituem uma rede social ou no conteúdo dos laços sociais. Isso pode significar que as fontes de capital social seriam estruturais ou relacionais. Por conseguinte, a essência das relações interpessoais seria a explicação para as motivações e habilidades decisivas para a formação do capital social. Neste quadro, Granovetter qualificou a natureza dos laços sociais:

- Laço forte – Verifica-se entre dois indivíduos e pressupõe um considerável nível de tempo e esforço de relação, feição emocional, confiança e reciprocidade. Trata-se de um relacionamento que vai se construindo ao longo dos tempos;
- Laço fraco – Surge em uma posição oposta e envolve transações de caráter pontual entre agentes, nas quais a identidade dos indivíduos assume uma menor importância. Neste tipo de laço, os níveis de confiança e reciprocidade são mínimos.

⁴Segundo Granovetter existem duas tipologias de *embeddedness*: o estrutural e o relacional. O estrutural tem o enfoque em como a posição estrutural de um determinado ator na rede influí no seu comportamento. O relacional sublinha a dependência do comportamento dos atores com a estrutura de mútuas expectativas.

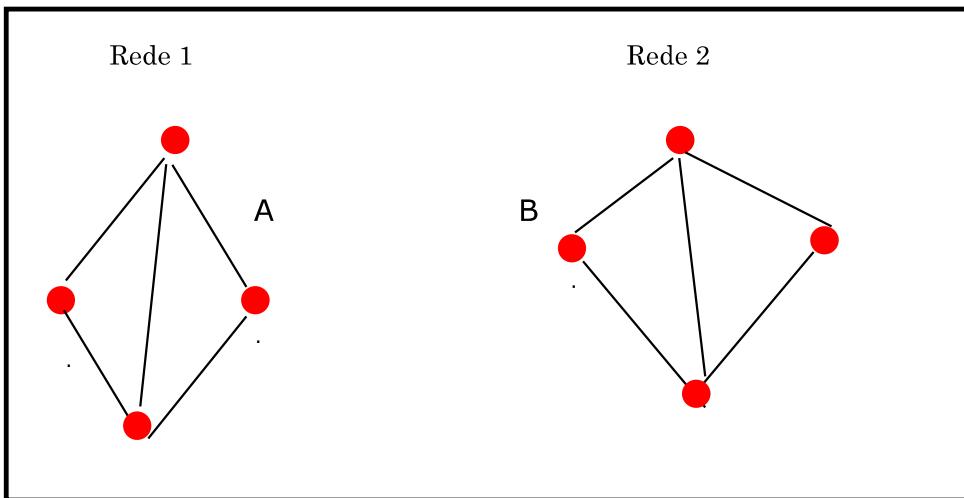
Outras das contribuições mais significativas de Granovetter foi evidenciar (em ruptura com a lógica do senso comum) que os laços que têm uma maior probabilidade de gerar informações novas e, consequentemente, fomentar um maior valor no relacionamento são os laços denominados fracos. Granovetter pretendeu com isso significar que, no decurso do tempo, os laços fortes vão perdendo a sua funcionalidade se os mesmos indivíduos transacionarem por tempo indeterminado, podendo resultar um endurecimento do relacionamento, sendo que as questões de caráter pessoal se sobrepõem as da eficiência, e as possibilidades de inovação começam a ser reduzidas.

A figura seguinte (Fig. 1) exemplifica uma situação de relações sociais. As linhas contínuas representam os laços fortes e as linhas a tracejado representam os laços fracos. **A** e **B** significam um laço fraco entre atores. **A** e **B** estabelecem uma relação/ligação no buraco estrutural entre a **rede I** e a **rede II**.

Em relação à estrutura de redes sociais preconizada por Burt, foi desenvolvida a concepção de Granovetter, reforçando que os laços fortes são importantes para gerar a transmissão de novas informações, só que de forma não redundante. Com base na figura anterior, as redes sociais I e II estão conectadas por um laço fraco entre os atores **A** e **B**. Aqui é importante verificar que o laço **A** e **B** não é redundante, na medida em que nenhum outro agente nas **redes I e II** possui laços entre si. Isso pode significar que o relacionamento entre **A** e **B** apresenta potencial para ser condutor de informações novas e com relevo para as redes **I** e **II**. É neste quadro que Burt designa o laço **A-B** de *structural hole*⁵ (buraco estrutural) entre as **redes I e II**.

⁵A perspectiva dos “buracos estruturais” apresenta-se como alternativa, que sublinha os benefícios que resultam do acesso à informação e a partir de oportunidades de intermediação relacionadas com a manutenção de relações não redundantes. Também, tanto os laços fortes como os fracos possibilitam a um dos atores o acesso às novas informações. Por conseguinte, fica evidente que os benefícios da informação que resultam dos vínculos fracos se encontram menos relacionados com a intensidade do vínculo e mais com os buracos estruturais que não estão regularmente associados a eles e a partir dos quais as organizações se beneficiam do acesso a recursos não redundantes de informação.

Figura 1 - Buracos estruturais⁶.



A investigação de Lin, Ensel & Vaughn (1981) veio desenvolver uma perspectiva alternativa. Em oposição a Burt e a Granovetter, desenvolveram a “força dos laços fortes”. Nesta investigação, o enfoque foi para o estudo das iniciativas empresariais de imigrantes ou de grupos étnicos, nas quais as redes e o capital que fluem no seu interior e se encontram identificados como se tratando de um recurso central para a gênese de micro empresas. Aqui o capital social funciona enquanto confiança de cada membro no quadro da rede em que se insere. A ausência desta confiança poderia ser um entrave e privaria os membros de receberem fundos de contribuição de todos os outros elementos da rede (PORTES, 2000).

Considerações finais

Para Bourdieu (1986) o capital social é um tipo de capital que qualifica a posição relativa das pessoas na estrutura de classe, mas é importante sublinhar que o capital social sustentado no pensamento por Bourdieu é, como outros tipos de capital, referente em “*última instância*” à habilidade de indivíduos e/ou grupos de classe adquirirem capital econômico.

Enquanto o conceito de capital social de Bourdieu se encontra amplamente associado a redes sociais, em que estas dispõem ou não de capital social dependendo da posição relativa na estrutura de classe das pessoas que as compõem, em Coleman

⁶Segundo R. Burt um buraco estrutural é a ausência de relações entre dois atores.

(1990) o capital social é uma propriedade inerente dos grupos, independentemente da sua posição social. O aspecto mais relevante do conceito de Coleman não é, ao contrário de Bourdieu, o de rede social e sua posição estrutural na sociedade. Para Coleman, o “fechamento” das relações dentro do grupo; ou seja, de coesão interna do grupo, é o ponto central no conceito.

Todavia, apesar do pioneirismo de Bourdieu e Coleman na criação e na discussão teórica do conceito de capital social, dois outros autores foram fundamentais para a extensão do debate no universo acadêmico e no quadro da formulação de políticas públicas. Um dos enormes contributos deriva de Putnam (1996) nos seus trabalhos sobre o processo de mudança no sistema político italiano entre 1977 e 1989, enfatizando que a democratização da política italiana estava diretamente arrolada a uma forte cultura cívica, típica da região norte do país, associada a uma ampla difusão de associativismo, no estilo mais puro de uma organização social *tocquevilleana*, conduzia um processo amplo de desenvolvimento econômico e de eficiência governamental. Este fenômeno do associativismo cívico, visível no norte da Itália, é o que Putnam nomeia de capital social.

O dilema destes conceitos de capital social, à exceção de Coleman, é que não agregam nada mais, em termos heurísticos, ao que outros conceitos, já há muito disponíveis na literatura sociológica, ofereciam para o tratamento analítico dos fenômenos sociais a que são aplicados. Assim, o conceito de capital social de Bourdieu não agraga nada ao conceito de poder social, entendido como a posição diferencial das pessoas em redes de influência na sociedade. A vasta e profícua literatura americana dos anos sessenta sobre “poder local”, tanto na perspectiva elitista quanto na pluralista, já havia mostrado os efeitos diferenciais do poder das pessoas relacionado à sua posição em redes sociais. Igualmente, podemos sustentar que o conceito de capital social de Putnam (1996) não acumula nada ao conceito culturalista de sistema normativo ou cultura política. Porém, o conceito de Coleman (1990) distingue-se dos outros na medida em que se refere a um fenômeno próprio dos recursos que emergem da sociabilidade, dentro de um grupo ou comunidade. Coleman (1990) enfatiza as dimensões de densidade socioestrutural e a de “fechamento (*closure*)” dentro do grupo das relações sociais que compõem o capital social.

Para concluir há que ter em linha de consideração que na Sociologia contemporânea, além da literatura já referida (GRANOVETTER, BURT, LIN) é importante evidenciar o estudo de Blau (1987) sobre as relações macro e micro da realidade social, através de um estudo empírico em que emprega o conceito de rede social para mostrar como as relações sociais em redes estruturadas demográfica e ecologicamente constituem um contexto macrossocial na determinação das decisões individuais, no nível microcontextual para a escolha do(a) parceiro(a) matrimonial.

Referências

- BAKER, Wayne E. *The Network Organization in Theory and Practice*, In. NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G.; *Networks and Organizations: Structure, form and action*, Cambridge, Havard Business School Press, 1992.
- BEN-PORATH, Yoram. The Production of Human Capital and the Life Cycle of Earnings. *Journal of Political Economy*, vol. 75(4), pp. 352-365, 1967.
- BLAU, Peter. *Exchange and Power in Social Life*, New York, Wiley, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa, Campinas, Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *The forms of capital*, In: Richardson, J. G. (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education*, Connecticut, Greenwood Press, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *Le capital social: notes provisoires*, Actes Rech, Sci.Soc, nº30, 1980.
- BORGATTI, Steve. “Conceptos Básicos de Redes Sociales”, 2003. Disponível em: <http://www.analytictech.com/networks>. Acesso em: set, 2021.
- BURT, Ronald. *Structural holes*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1992.
- CAILLE, Alain. *Antropologia do Dom*. O terceiro paradigma. Petrópolis, Vozes, 2002.
- COLEMAN, James. *Foundations of social theory*, Cambridge, The Belkness Press of Harvard University Press, 1990.
- COLEMAN, James. “Social capital in the creation of human capital”. American Journal of Sociology 94 (Supplement), 1988.
- EVANS, Peter. *Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy*. World development, v. 24, n. 6, pp. 1119-1132, 1996.

FONTES, Breno A.; EICHNER, Klaus. *A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda*. 2005. Disponível em: <http://revista-redes.reiris.es/html-vol7>. Acesso em: ago. 2021.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. Revista de Sociologia e Política nº 21; novembro, 2003. Disponível em: <http://www.esterkaufman.com.ar/sitio/kaufman/publicaciones>. Acesso em: set. 2021.

GRANOVETTER; Mark. Ação econômica e estrutura social - o problema da incrustação. 1985. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. *A nova sociologia econômica*. Oeiras, Celta, pp. 69-102, 2003.

GRANOVETTER; Mark. The strength of weak ties. American Journal of Sociology, 78, 1973.

HEIN, Alex; BOSCH, J. L. Capital social en Chile: avances sobre su formación y aplicación. CPU, Chile, 2003. Disponível em: <http://www.ub.es/epp/redes/chile.PDF>. Acesso em: ago. 2021.

HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Argos, Chapecó, 2005.

LEMIEUX, Vicent; OUIMET, Mathieu. *Análise estrutural das redes sociais*. Lisboa, Instituto Piaget, 2008.

LIN, Nan. *Social structure and network analysis*. California: Sage Publications, 1992.

LOURY, Glenn. *Intergenerational transfers and the distribution of earnings*. S. Paulo, Econometria, nº 49, 1981.

LOCKE, Richard M. *Remaking the Italian Economy*. Ithaca, Cornell University, 1995.

MATOS, Heloiza. *Capital Social e Comunicação: Interfaces e articulações*. Summus, São Paulo, 2009.

MERCKLÉ, Pierre. *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris, La Decouverte, 2004.

PORTESES, Alejandro. *Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea*. Sociologia [online], set. 2000, nº 33 [citado 09 Agosto 2005], pp. 133-158. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php>. Acesso em: set. 2021.

PORTESES, Alejandro. *Social capital: Its origins and applications in modern sociology*. Annual Review of Sociology, 24, pp. 1-24., 1998.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, 6, 1995.

PUTNAM, Robert. Tuning In, Tuning Out: the strange disappearance of social capital in America. *Political Science and Politics*, 27, 1995a.

PUTNAM, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1992.

SCHIFF, Maurice. *Social capital, labor mobility and welfare*. Ration Soc., nº 4, 1992.

WELLMAN, Barry. *Social Structures: a network approach*. New York, Cambridge University Press, 1988.

WELLMAN, Barry. Network analysis: some basic concepts. In: WELLMAN, Barry (ed.) *Sociological theory*, vol. 1, pp. 155-200, 1983. Disponível em: https://courses.cit.cornell.edu/info435_2006sp/w13/wellman.pdf. Acesso em: jan. 2022.

WOOLCOCK, Michael. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, 27(2), pp. 151-208, 1998.

Recebido em: 10 de outubro de 2022.

Aceito em: 22 de dezembro de 2022

COMO REFERENCIAR

FIALHO, Jaquim; DIAS, Elaine; MACEDO, Valéria. O Capital Social na Teoria das Redes Sociais. *Latitude*, Maceió, v. 16, n. 2, p. 08-28, 2022.